



**1º TERMO DE ADITAMENTO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2022**

**TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2022, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA E A
EMPRESA ADRIANO OLIVEIRA VELLOSO
02706758171.**

DAS CONTRATANTES

O MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.26.923.755/0001-51, com sede na Praça Ulisses Guimarães, nº.37, Bairro José Aparecido, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 704.557.246-87, RG nº MG4676770 PCEMG/MG, residente e domiciliado na Avenida Mato Grosso, Qd. 3, Lt 18, Centro, cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, neste ato simplesmente designado **CONTRATANTE** e a Empresa **ADRIANO OLIVEIRA VELLOSO 02706758171**, pessoa jurídica de direito privado, com sede estabelecida sito à Av. Treze, Qd 14, Lt 08, nº 45, bairro José Aparecido, na cidade de Inaciolândia - GO, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.158.767/0001-90, nesse ato representado pelo Proprietário o Sr. **ADRIANO OLIVEIRA VELOSSO**, brasileiro, empresária, inscrito na Cédula de Identidade RG sob o n.º. 5297983 SPTC/GO e CPF: 027.067.581-71, residente e domiciliada na cidade de Inaciolândia- GO, doravante denominada **CONTRATADA**, que formalizam e firmam entre si o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2022**, concernente ao Processo Administrativo nº 2022001633, Ato de dispensa de licitação nº.033/2022 de 08 de fevereiro de 2022.

As partes acima nominadas e qualificadas ajustam por este e na melhor forma em direito permitida o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.



Cláusula Primeira – Da Fundamentação Jurídica

1.1. O presente termo aditivo reger-se-á pelas disposições constantes no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº.8.666/93, de 21 de junho de 1993, “Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.”

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1. O presente termo tem como objetivo é o aditivo de prazo, valor e adequação da dotação orçamentaria para o ano de 2023.

Cláusula Terceira - Do Valor e Dotação Orçamentaria;

3.1. O valor a ser aditivado ao Contrato de Prestação de Serviço nº 019/2022, é de **R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)**, para prestação de serviços para o ano de 2023.

3.2. O valor a ser pago será de R\$ 20,00 (vinte reais) por arvore de pequeno e grande porte, estimado de 200 (duzentas) arvores mensais com o estimado mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) perfazendo um total estimado de **R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)** por 12 meses de serviços prestados, que serão pagas pela rubrica orçamentaria abaixo:

Dotações:

02.0208.26.782.0590.2034 - 339039 – Fonte 100.

Cláusula Quarta – Da Vigência;

4.1. O presente termo tem como objeto a prorrogação no prazo de execução do presente contrato por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo Único: Novo prazo de vigência até 31/12/2023.



Clausula Quinta - Da Inalterabilidade

5.1. Ficam inalteradas todas as demais cláusulas dos referidos contratos, mantendo as mesmas condições do contrato original e seus aditivos até hoje.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, assinando as partes juntamente com duas testemunhas idôneas e capazes escolhida para este fim.

Inaciolândia, (GO), aos 20 dias do mês de dezembro de 2022.

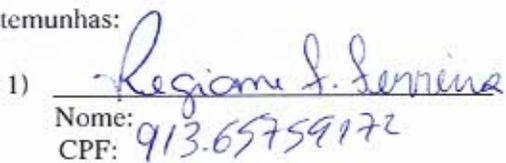

CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA

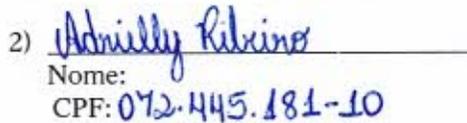
Prefeito Municipal
Contratante


ADRIANO OLIVEIRA VELLOSO 02706758171

CNPJ: 36.158.767/0001-90
Contratado

Testemunhas:

1) 
Nome: Regiane S. Serrina
CPF: 913.65759172

2) 
Nome: Adrielly Ribeiro
CPF: 072.445.181-10



JUSTIFICATIVA

Este termo de aditivo ao Contrato nº 019/2022 decorre:

- a) Da continuidade administrativa é um dos objetivos a serem perseguidos pela Administração Pública;
- b) Da necessidade da prestação de serviços no executivo municipal com o objeto do Contrato Primitivo ser contínua, interrompê-lo pode causar prejuízo para a Administração Pública e aos Municípios;
- c) Do interesse público da necessidade administrativa e da vantagem para Administração Pública que está contratando nas mesmas condições previstas no Contrato, o que importa em economia e atende ao princípio da economicidade em dar prosseguimento ao Contrato nos mesmos termos;

Nos termos de sua atual redação, o inciso II, § 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, combinado com o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, que institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, exige uma interpretação que, de um lado ponha às claras todo o seu potencial de utilização e, de outro, que discuta as dúvidas levantadas por alguns de seus interpretes. A isso nos propomos neste termo cujo objetivo é essencial e prático a sua prorrogação, considerando que a Lei nº 8.666/1993 dispõe esse mandamento que os contratos que têm por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, podem ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vista à obtenção da conclusão da obra. Em texto corrido, estes são os dispositivos da Lei Federal das licitações e contratos da Administração Pública, cuja análise nos termos propostos pretendemos levar a cabo, conforme preconiza os artigos supracitados.

Destarte, não há porque de não se aditivar o contrato em comento, para até 31 de dezembro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Inaciolândia, aos 20 dias do mês de dezembro de 2022.


CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA

Prefeito Municipal